

Aos treze dias do mês de julho de dois mil e vinte e dois reuniram-se, na sede dos conselhos, os/as Conselheiros (as) **Marcos Fellipe Costa, Vitor de Castro Veiga, Nadja Amaral, Marilene Santana Santos, Jaguaracy Conceição e Thiago Brandão**. A reunião teve início às quinze horas e vinte minutos quando presidente abriu a sessão informando que já havia quórum e que a pauta única era a leitura e aprovação do parecer do FUNDEF. O presidente falou que de correspondência tinha a resposta do Ministério Público sobre o caso IBRADESC, o qual trouxe as respostas do Executivo e pediu respostas do conselho. Em sua defesa, o Executivo diz que não há provas. Marcos informa que o Conselho respondeu que não tem prerrogativa de levantar provas e sim apenas apontar as possíveis irregularidades. Na sequência, deu início a pauta única que era a leitura e a aprovação do parecer do Fundef. Marcos sugeriu que a aprovação do Parecer ocorresse conforme a leitura fosse sendo realizada, de forma que quando algum conselheiro tivesse alguma emenda de acréscimo ou supressão deveria indicar durante a leitura. Foi feita a leitura do documento. Nadja comenta sobre os tablets e questiona se houve formação antes e durante e também se houve suporte técnico. Comenta ainda sobre a implicação do não uso destes equipamentos atualmente. Jaguaracy comenta que teve a avaliação externa e a escola pediu que os alunos levassem os tablets para realizar avaliação e atrasou o processo porque os equipamentos não funcionaram e a escola teve que imprimir avaliação. Vitor disse que foi aplicado multa à empresa e a empresa já pagou e que pode verificar o processo depois. Jaguaracy diz que se pagou a Secretaria deveria informar ao conselho. Marcos diz que não podem colocar no parecer que houve multa, pois o conselho não teve conhecimento, mas também não podem afirmar que não houve. Vitor sugere que então acrescente que o conselho não teve conhecimento sobre o pagamento de multa. Nadja pontua que no retorno das aulas era previsto aula com os tablets e isso não ocorreu devido ao mau funcionamento do equipamento e no retorno semipresencial não teve auxílio pedagógico porque o tablet não funcionou. Jaguaracy pontua que, se já colocou no relatório que as escolas desistiram de usar, já fica explícito que não serviu. Vitor pontua que foram colocadas mais de 10 mil atividades na plataforma e diz que para as atividades assíncronas o

tablet funcionou e o retorno não foi tão síncrono, pois era uma semana sim e a outra não. Nadja pontua que alguns alunos não tiveram acesso à atividade. Vitor diz que não tinha aula síncrona, mas teve atividade. Marcos pontua que seria importante a Secretaria incentivar o uso do tablet de forma assíncrona. Marcos comenta sobre os livros paradidáticos e Jaguaracy diz que o livro do terceiro ano só tem 2 páginas que fazem alusão à cultura afro-indígena e brasileira. Nadja diz que os livros são resumos e com imagens bem caricatas e que não teve uma proposta pedagógica para a entrega dos livros e teve caso da entrega desse material acontecer junto com a cesta básica. Continuando a leitura do parecer, na parte sobre os serviços nos telhados das escolas, foi acrescentado que os serviços foram realizados a pedido dos gestores. Ao término da leitura, deu início à votação do parecer. Nadja diz que defende a reprovação, pois diversas vezes buscaram o Executivo e o retorno nem sempre foi satisfatório, além da questão da LDO que o conselho nunca é convidado e não tem um pouco de respeito com esse conselho. Vitor diz que, diante das listas de coisas apontadas e o diálogo feito com a SEMED, vota pela aprovação com ressalvas. Marilene diz que acompanha o voto de Nadja pela reprovação, principalmente devido a confusão dos tablets. Thiago vota pela aprovação com ressalvas e Jaguaracy diz que desde o início mostraram ao executivo que estava errado. Pontua que mandaram ofício e respondeu, mandaram outro e não teve resposta, além de tudo isso que mostraram ao Executivo e o executivo não consertou e um exemplo é a questão dos pagamentos e por isso vota pela reprovação. Marcos faz as considerações sobre o parecer e diz que construíram um parecer duro, foram minuciosos e acha que isso precisa ser lido como um alerta e diz que quem aprova ou reprova contas é o legislativo e o Conselho apenas indica, mas é importante que esse espaço tenha esse olhar e diz que o gasto dos recursos do Precatório ainda não se traduziu em melhoria na Rede e é um motivo a tensionar o executivo para que o próximo valor seja gasto com mais critério. Sobre as reuniões, diz que precisam fazer um parecer pelo menos até julho para deixar encaminhado para o novo conselho e a partir de outubro organizar a renovação do conselho. Jaguaracy pontua que realmente precisam deixar tudo encaminhado e disse que tem andado muito triste com a atuação, pois são

sempre os mesmos que participam. Outra coisa é a questão das publicações e a última foi feita em 2/06/2021 e tem a lei que garante isso e a gente não está fazendo. Marcos propôs separar as atas e mandar de 2 em 2 meses. Sem mais a tratar a reunião foi encerrada e foi lavrada a presente ATA.